

EDITORIAL • Dez anos da Lei de Acesso à Informação no Brasil: Trajetórias, avanços e desafios

Daniel Matos Caldeira, Flávia Lemos Sampaio Xavier, Karina Furtado Rodrigues, Lourdes Morales Canales e Temístocles Murilo de Oliveira Jr

<https://doi.org/10.36428/revistadacgu.v14i25.522>

Completados dez anos de vigência da Lei de Acesso no Brasil e passadas mais de duas décadas do início da difusão global de políticas de promoção do direito à informação faz-se importante refletir sobre o que foi construído até agora no Brasil – a trajetória da lei e de sua implementação, experiências do setor público e da sociedade civil, avanços e desafios.

Essa reflexão é fundamental para tentarmos melhor visualizar necessidades de mudança e demandas futuras, permitindo o aprofundamento do debate sobre as sutilezas dos gradientes entre lados opostos da mesma questão: divulgação e sigilo; exposição e proteção. Navegar entre os extremos deve revelar muitas contradições que afetam diferentes subsistemas de políticas públicas.

O acesso à informação pública é amplamente reconhecido como “a luz do Sol” na desinfecção de práticas ruins que dependem da escuridão. Embora a transparência represente uma condição necessária para muitos aspectos positivos da democracia (como o controle descentralizado e a prevenção e combate à corrupção), ela em si não leva necessariamente os governos à melhoria da governança e da *accountability*.

Precisamos ir além da noção do direito à informação como a “bala de prata” contra a corrupção ou como direito fundamental sem contradições e ambiguidades. Qual é o acesso à informação de que precisamos para promover um governo melhor, mais ágil, justo, íntegro e eficaz? O que será necessário para que as instituições promovam a liberdade de informação? Estes e outros tantos questionamentos impulsionaram o dossiê comemorativo dos 10 anos da LAI da Revista da CGU.

Um periódico científico voltado à promoção da pesquisa no campo da administração pública com foco em temas caros à democracia precisa ir além de se apresentar como mero veículo de disseminação da pesquisa e do conhecimento. Oferecer a oportunidade de reflexão promovendo o debate e a interlocução entre acadêmicos e profissionais sobre transparência e acesso à informação foi o propósito da Revista da CGU com a publicação do dossiê comemorativo dos 10 anos da LAI, composto por sete trabalhos, sendo duas entrevistas e cinco artigos.

O primeiro trabalho consiste em uma entrevista com o Prof. David Pozen, acadêmico com vasta expertise tanto na academia – tendo publicado inúmeros livros, artigos e ensaios; bem como com experiência prática no Departamento de Estado, na Suprema Corte e no Senado dos Estados Unidos. Na entrevista intitulada “**Transparência para uma ‘Virada Sociológica’: o Direito à Informação para a eficácia de outros Direitos Fundamentais: uma entrevista com o Professor David Pozen**”, Pozen nos provoca a fazer uma virada sociológica ao

analisar a transparência, indo além da letra da lei para compreender distribuição de poder, recursos, e quem de fato se beneficia com as leis de acesso à informação.

O segundo é o artigo intitulado “**Acesso à informação como um direito instrumental: o ombudsman equatoriano e a dignidade humana em 2020**”, de autoria de Guido Moncayo Vives, traz uma análise sobre a atuação da Ouvidoria do Equador na determinação de acesso à informação durante a pandemia.

Em seguida, no artigo “**Transparência passiva nos maiores municípios brasileiros passados dez anos da Lei de Acesso à Informação**”, Fabiano Maury Raupp apresenta um panorama sobre a transparência passiva entre os maiores municípios brasileiros, comparando os resultados de hoje com os de pesquisa anterior realizada em 2016; trazendo assim a perspectiva importante de avaliação continuada das políticas de acesso à informação.

O artigo “**O Perfil dos Solicitantes dos Pedidos de Acesso à Informação**”, de Vitor Nasu, Yana Borges e Breno da Silva, apresenta análise do perfil dos solicitantes de pedidos de acesso à informação a partir dos dados da plataforma Fala.BR, com base no comportamento de busca informacional. Os resultados apontam o movimento de mudança nos perfis dos solicitantes, com o crescimento proporcional de pedidos por pessoas do sexo feminino, bem como de pessoas com ensino médio e jovens, abrindo espaço para novos estudos que visem aprofundar tendências e causalidades relativas a tais mudanças.

Na sequência, no artigo “**Transparência e acesso à informação de dados relativos a incentivos fiscais**”, Eduardo Henrique Lolli apresenta reflexão sobre os principais avanços e desafios à transparência em relação às informações sobre incentivos fiscais. Em sua pesquisa aponta que a falta de metodologia uniforme do cálculo de renúncia de receita entre estados e a interpretação de que informações individualizadas de incentivos fiscais por contribuinte seriam os principais óbices. Sobre o último ponto, indica que importantes avanços normativos e legislativos sobre sigilo fiscal devem ampliar a transparência sobre tal tema.

O trabalho “**Contratações Abertas: uma análise da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (nº 14.133/2021) à luz dos princípios de Governo Aberto**”, de Gabriela Boechat, apresenta análise sobre a nova lei brasileira de licitações e contratos à luz dos níveis de maturidade dos quatro princípios de Governo Aberto. Os resultados indicam que o novo diploma legal estaria no nível avançado no campo da transparência ativa e da accountability. Porém restaria no nível intermediário em matéria de participação cidadã e não estaria fazendo de uso de todos os mecanismos possível de combate à corrupção.

Por fim, por meio do trabalho intitulado “**Direitos de Acesso à Informação Ambiental e o Acordo Regional de Escazú**”, os editores convidados entrevistaram Joara Marchezini, Coordenadora de Projetos no Instituto Nupef e que, atuando junto à organização não governamental Artigo 19, participou ativamente das negociações do Acordo de Escazú. Pela entrevista, apontou-se que o acordo foca em questões centrais à proteção do meio ambiente por meio do acesso à informação, com mecanismos de garantia do direito à informação, da participação social, do acesso à justiça e da inovativa proteção aos defensores do meio ambiente. Aponta e reforça o interdependência entre a proteção ao meio ambiente e o acesso à informação; acesso que só encontra sua razão à medida que viabiliza o exercício de outros direitos e políticas, como no caso da proteção ao meio ambiente e do desenvolvimento sustentável.

Esta edição da Revista da CGU contempla também quatro artigos vinculados ao fluxo contínuo de submissões caracterizados por abordagens de inequívoco mérito acadêmico.

No artigo **Gestão da Informação Patrimonial de Agentes Públicos: Uma Proposta de um Modelo de Arquitetura da Informação para Identificação de Índícios de Enriquecimento Ilícito**, os autores Jordan Paulesky e Juliani Marcelo Campos da Silva lançam um olhar atento para a importância da integração de estudos relacionados com a temática da corrupção sob o enfoque da gestão da informação de modo a aperfeiçoar o instrumental da sistemática de detecção de incompatibilidades entre a evolução patrimonial de agentes públicos e suas respectivas fontes de rendimentos legais a eles relacionados.

O artigo **Eficácia do Congresso Nacional no Monitoramento da Covid-19**, os autores Roberto Correa, Natalia Kawano e William Baghdassarian avaliam, sob o ponto de vista da fiscalização e controle, a atuação do Parla-

mento, em especial, das Comissões Mista e Externa de acompanhamento da Covid-19 vis-à-vis o acompanhamento ordinário que teria sido realizado pelas comissões permanentes.

Em sequência no artigo **Proposta de um indicador de corrupção no Brasil baseado em dados do Tribunal de Contas da União** de Gilson Piqueras Garcia, o autor propõe um indicador adaptado à realidade brasileira que objetiva permitir comparações entre estados e ao longo do tempo, para planejar, analisar e controlar políticas públicas de combate à corrupção.

No artigo **Implementação dos Programas de Integridade nas Organizações da Sociedade Civil do Distrito Federal: Um Teste de Adaptabilidade**, Beatriz Fátima Morgan e Tatyane Morais de Barcellos buscam compreender o processo de implementação de um programa de integridade em entidades sem fins lucrativos sob o enfoque das instituições, mas também por parte dos governos demandantes.

Esta edição contempla o primeiro trabalho publicado na seção Resenhas. O pesquisador Daniel Aguiar Espínola apresenta uma resenha de sua dissertação de mestrado intitulada **“Para que(m) serve a governança pública? Uma análise a partir da implementação da política de governança na Funasa”**. A pesquisa, publicada em 2021, teve orientação do professor doutor Fernando de Barros Filgueiras e foi realizada no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Governança e Desenvolvimento da Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

Por fim, ressaltamos que a presente edição não seria possível sem o meticuloso trabalho de todos os pareceristas que de forma voluntária envidaram seus melhores esforços em prol do avanço da ciência por meio de avaliações bem elaboradas e construtivas. A todos eles, cujos nomes encontram-se divulgados ao final desta edição, nosso agradecimento.

Desejamos a todos uma boa leitura!



Daniel Matos Caldeira

<https://orcid.org/0000-0001-9823-8356>

Universidade de Lisboa, Portugal

matoscaldeira@gmail.com

Doutorando em Administração Pública pela Universidade de Lisboa. Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União.



Flávia Lemos Sampaio Xavier

<https://orcid.org/0000-0001-8575-1062>

Universidade de São Paulo – USP, Brasil

flavia.lemos.assessoria@gmail.com

Mestre em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ - 2015), especialista em Ciência de Dados, pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP - 2021), com certificação profissional em Ciência de Dados pela Universidade de Harvard (Harvard, 2020) e bacharel em Ciência Política, pela Universidade de Brasília (UnB, 2008).

**Karina Furtado Rodrigues**

<https://orcid.org/0000-0001-9330-6399>

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Brasil

karinafrodrigues@gmail.com

Doutora e Mestre em Administração pela EBAPE/FGV, e Bacharel em Administração pela FACC/UFJF; Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares do Instituto Meira Mattos (PPGCM/IMM), na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME); e Diretora de Comunicação da Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP).

**Lourdes Morales Canales**

<https://orcid.org/0000-0002-2630-6054>

Universidade de Guadalajara, México

loulou.morales@gmail.com

Doutora em Ciência Política pela Universidade Sorbonne Paris III. Obteve seu mestrado em Comunicação Política na Universidade de Paris I e um bacharelado em Comunicação na Universidade Iberoamericana. Foi Diretora da Alianza Cívica, da Mexicobserva e participou do Fórum Cidadão de Oaxaca. É professora associada do Centro de Pesquisa e Ensino Econômico (CIDE), onde atualmente dirige Red por la Rendición de Cuentas.

**Temístocles Murilo de Oliveira Júnior**

<https://orcid.org/0000-0002-5524-3830>

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil

temuju@gmail.com

Doutor em Políticas Públicas pela UFRJ. Mestre e Bacharel em Administração pela UFF e UnB. Auditor de Finanças e Controle na Secretaria de Combate à Corrupção da Controladoria-Geral da União (CGU). Diretor de Administração e Finanças da Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP).